

# Suruí mostra sua força, entre latifundiários e migrantes

BETTY MINDLIN\*

Rondônia é um Estado invadido. Fazendeiros como Joaquim Pereira da Rocha, Moisés Bennesby, João Suriadakis e Madeireira Urupá S/A, entre outros, têm de 100 a 200 mil hectares de terras, cada um, em Rondônia. O latifúndio invade, sem pedir licença, as áreas indígenas. A BR-364 (Cuiabá - Porto Velho) cortou ao meio o território nambikuara e trouxe para Rondônia, junto com o programa Polonoeste (financiado pelo Banco Mundial), milhares de migrantes sem-terras: calcula-se em torno de 200 mil. O P.I. Lourdes — comprovadamente área imemorial dos Gavião e Arara, apesar de demarcado e homologado, está invadido por 750 famílias de colonos. O Banco Mundial, financiador do Polonoeste, suspendeu há pouco tempo 200,7 milhões de dólares, destinados ao programa. Na área do Polonoeste, 17 áreas indígenas estão invadidas e falta a homologação demarcatória de 30 áreas. Ao todo, são 37 áreas indígenas afetadas pelo Polonoeste.

Os Suruí haviam resolvido o problema de terras em 1981, quando 80 famílias de colonos invasores foram retiradas da área, recebendo lotes do Incra em projetos de colonização. A área suruí, o Sete de Setembro, já estava demarcada desde 1976, e a demarcação foi homologada pelo Presidente da República em 1983.

A luta fora longa: desde 1971 havia invasões. Por ocasião da demarcação, os Suruí perderam metade do território para o Projeto de Colonização Ji-Paraná. Com essa diminuição, o Parque do Aripuanã, cuja administração compreende os Suruí e os Cinta-Larga (e hoje os Mequens) foi fragmentado. Os Suruí ficaram separados dos Cinta-Larga do Roosevelt, ligação que atualmente cumpre recuperar mediante a demarcação do território dos Zoró. Mesmo depois da demarcação, houve derramamento de sangue: o líder indígena Oréia foi assassinado em 1976, numa emboscada, por colonos; em 1976, e em 1981 colonos foram mortos pelos índios.

Em 1981, expulsos os intrusos, os Suruí esperavam tranquilidade para a vida tribal, para crescer em número e para as novas atividades comerciais, como o café, herdado dos colonos.

A pavimentação da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e o Programa Polonoeste trouxeram de volta o desassossego. A mesma estrada que cortou ao meio e mutilou o território nambikuara, trouxe para Rondônia milhares de migrantes sem terra — quase 200 mil, em 1984, para apenas 5 mil colonos assentados pelo Incra.

## GRANDES PROPRIEDADES

Paralela à miséria dos sem-terra, a grande propriedade se desenvolve. O Boletim da CPT de novembro de 1984 mostra que os 40 maiores proprietários da Amazônia (Amazonas, Pará, Amapá, Acre e Rondônia) ocupam 26 milhões de hectares. Joaquim Pereira da Rocha, Moisés Bennesby, João Suriadakis, Madeireira Urupá S/A e outros têm entre 100 e 200 mil hectares, cada um, em Rondônia. (Para o Amazonas, as cifras são ainda mais estrambólicas: a Manasa chega a 4.300.000 hectares!).

Estes são dados oficiais. Os dados reais — pois uma só propriedade aparece em nome de vários prepostos — são muito piores. Em torno do Parque do Aripuanã, de que as terras dos Suruí fazem parte, sabe-se que há muitas empresas cujo tamanho varia de 100 a 400 mil hectares, algumas com ambições a expansão ainda não regularizadas.

Centenas de madeiras que depredam a mata, com ganhos fáceis, estão se transformando em propriedades de grande porte (Comexmad, São Felipe, Lavrama do Norte etc).

A cotação de madeira no mercado mostra o que esperar: até a castanheira tem preço, 10 dólares o metro cúbico em tora, 60 o metro de madeira serrada; ou o mogno, mais ou menos 40 dólares o metro cúbico em tora, 130 a madeira serrada.

Comprimitos pelas grandes empresas, aliciados pela propaganda de projetos de colonização insuficientes ou inexistentes, os migrantes sem-terra invadem, ignorando a lei, por força de sua miserável condição.

Nos Suruí, invasões ainda não bem identificadas são extensão do problema dos Gavião e Arara (Karo) do P.I. Lourdes. Ai, numa área também demarcada, com demarcação homologada pelo Presidente da República, 750 famílias de colonos instalaram-se, estimuladas pelo Núcleo Urbano de Apoio Rural de Nova Colina, por políticos locais e acobertadas pelo Governo. Os índios conseguiram retirar um grande número de invasores, depois de prender 15 reféns durante um mês; mas, com o apoio de políticos, a maioria voltou, e nova operação de retirada, comandada por Apoena Meirelles, delegado da 8ª Delegacia da Funai, está sendo feita.

## INVASÕES

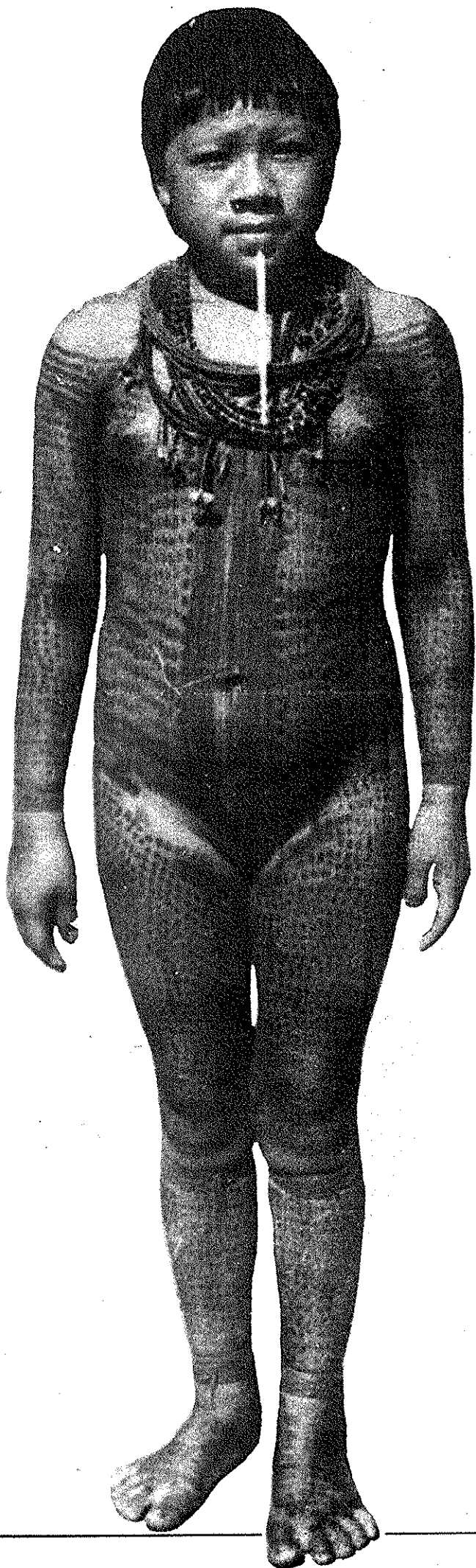
Há uma verdadeira indústria de invasões. Profissionais mercenários especializam-se em fazer marcações de lotes dentro da área indígena. Na área suruí do Sete de Setembro, ao longo da Linha Sete (na extensão da Linha 7 do Projeto de Colonização Ji-Paraná, no Núcleo Setor Diamantino, já em Mato Grosso) colonos vizinhos e índios afirmam que há muitas dessas marcações. Fotografias feitas por satélite — e já em poder da Funai — confirmam essas invasões e a devastação.

Reivindicativos, os Suruí já organizaram duas expedições para identificar as invasões. Fizeram, também, um programa de rádio em Cacoal, a cidade próxima, explicando aos colonos que querem viver pacificamente, mas podem ser forçados à violência, se ocupada sua terra.

Agora é o momento de a Funai agir, e expulsar a todos, sob pena de os invasores que fizeram marcações instalarem-se, plantarem, construir casas, como no Lourdes. A picada de demarcação e os marcos estão



Fotos: Betty Mindlin



Betty Mindlin



soterrados sob a mata; tudo deve ser refeito e fotografias de satélite têm que ser tiradas, identificando a ocorrência de derrubadas.

Nos núcleos de colonos, o rumor é de que eles não saem enquanto as grandes fazendas permanecem. Como há milhares sem-terra, é preciso discutir a situação indígena, para que os índios não tenham de sofrer a ira que mais bem deve concentrar-se contra as verdadeiras causas: a estrutura fundiária concentrada e um modelo econômico que, como solução social, despeja os desempregados do Brasil no Centro-Oeste.

**SAÚDE**

A situação de saúde nos **Paiter** ainda é crítica, embora muitos recursos da Funai e do Polonoroeste tenham sido canalizados para o atendimento médico.

Nos últimos dois anos, 48 crianças nasceram vivas e houve 11 mortos. Hoje, a população total, que em meados de 1983 era de 340 pessoas, é de 355 a 360. Muitos **Cinta-Larga** que aqui viviam voltaram para a própria área.

A situação do Posto da Linha 14 é melhor que a das aldeias atendidas pelo P.I. Sete de Setembro: no primeiro, no biênio 83/84, para 16 crianças nascidas vivas, temos apenas uma morte (de adulto); já no Sete, para 32 nascidos vivos (e dois natimortos), contaram-se dez mortes: quatro, abaixo de um ano; um, entre um e dois anos, e mais duas crianças e três adultos.

No Sete, os dados indicam que nada melhorou desde 1981, quando, de 24 crianças nascidas vivas, 8 morreram. O Polonoroeste e a BR-364, com recursos especiais, pouco trouxeram para o crescimento dos **Suruí**.

Uma orientação inteiramente equivocada dos serviços de saúde, com grande desperdício de recursos, é uma primeira causa dos maus resultados. Concentram-se os serviços médicos na sede do Parque, em Riozinho; aí são feitas construções, reproduzindo a estrutura de hospitais próximos. A consequência é atrair os índios para fora da área — em vez de se fazer o oposto. Tudo chama para a cidade — os serviços médicos, a atração das novidades, a compra e venda de produtos, as reivindicações políticas.

Internalizar a medicina, com visitas regulares das equipes de saúde à área, com médico e dentista de fato em tempo integral, disponíveis para estadias nas aldeias; treinamento e boa qualidade do pessoal de enfermagem, são condições indispensáveis. Os índios devem contar com atendimento regular, com viagens marcadas, de pessoas da Funai às aldeias — e então não vão correr à cidade por qualquer causa menor. Tais serviços exigem boa administração — a grande falha da Funai no Parque do Aripuanã.

Orientar os serviços médicos (e a própria administração) para dentro da área indígena e não para a cidade; e orientar os gastos para serviços de boa qualidade, mais que para construções: esta deve ser a primeira diretriz para diminuir a mortalidade entre

os **Paiter**. A sugestão mais imediata é mudar a sede do Parque para dentro da área — com serviços médicos para os **Suruí** sediados no P.I. Sete de Setembro, e para a população **Cinta-Larga** no P.I. Roosevelt. É claro que, para isso, é preciso abrir estradas de intercomunicação, já que não é mais possível se contar com transporte aéreo.

**ALIMENTAÇÃO**

Consequências do contato com o capitalismo e da falta de uma política indigenista:

Os padrões alimentares empobreceram-se muito nos **Suruí**, desde 1981, quando, com a expulsão dos colonos, passaram a explorar o café.

Em 1979, a alimentação era quase que apenas a tradicional, e quase não consumiam produtos comprados. Não usavam sal, o açúcar só aparecia em quantidades diminutas, não comiam arroz, feijão ou óleo.

Hoje, não estão plantando menos do que antes — as roças tradicionais ainda são grandes — mas há, a partir de 1981, uma rápida imitação dos hábitos alimentares dos colonos. Usando pratos, talheres e pequenas chapas de fogão, começam a adotar refeições em horas certas, baseadas em arroz e feijão. O tempo de trabalho aumentou muito — dedicado ao café, ao arroz, e à defesa da terra — e pouco sobra para caçadas (para as quais também tem faltado munição), para a pesca, para a coleta, para as expedições de vários dias, fartas em comida. Ocupados os homens, as mulheres têm dificuldade de organizar as pequenas buscas de alimento pela mata adentro, que sempre foram tão importantes como fonte nutritiva.

Impressiona como o número de produtos reduziu-se. A alimentação é sem variedade: ou só milho, ou só arroz, ou só cará. Lambiscam menos, ao contrário do que sempre foi; passam horas sem comer nada. A carne é rara. Na faixa etária do desmame até uns sete anos, quando as crianças começam a

defender-se melhor, é que o problema é mais crítico.

Mesmo o aleitamento está ameaçado: há uma mania recente de mamadeiras, provocando diarreias fatais. Exigem partos no hospital, o que os expõe a mais doenças e a uma alimentação mais pobre. Tradicionalmente, as mulheres com nenê novo ficam em reclusão durante alguns meses.

A falta de água em várias aldeias — apesar de reivindicações à Funai, já nos últimos três anos, de um poço para cada 50 pessoas pelo menos — é outro problema grave. Sem boa alimentação e sem água, não há resistência possível às doenças.

**POR UM VERDADEIRO INDIGENISMO**

Pode-se culpar o café por todo esse tumulto, pela completa desorganização e falta de referências nos hábitos alimentares e na vida cotidiana?

É verdade que a exploração do café, intensificada com a expulsão dos colonos e muito subsidiada pela Funai, contribuiu para dispersar a população **Suruí** pelos antigos lotes — cada grupo familiar encarregando-se de dois ou três. Espalhados os índios, fica mais difícil o atendimento médico, que exige maior dedicação por parte dos funcionários.

Mesmo sem o café, a proximidade dos **Suruí** à cidade de Cacoal e à BR-364, com estradas fáceis de transitar, já em si é uma força poderosa de mudança, acelerando os efeitos do capitalismo envolvente.

Só uma política indigenista muito lúcida, uma administração consciente, poderiam contrabalançar a violência do contato, lidando com questões de difícil solução. Ora, nos últimos anos a administração do Parque vem num trabalho atropelado, sem linha-mestra, sem programação mínima, ao sabor de emergências, sem reflexão sobre os problemas existentes.

Uma política voltada para fixar os índios na área é necessária. Concentrar os serviços

médicos dentro da área indígena e não na cidade é, como vimos, uma primeira condição. Outra é resolver o problema de alimentação e água. É preciso pensar e estimular formas de renda monetária que consumam menos tempo e trabalho que o café — como a seringa, por exemplo, ou a comercialização de artesanato a preços convenientes. Estas são atividades que exigem menos gerência e cálculo econômico, menor regularidade, e produzem renda monetária em mais curto espaço de tempo. Cooperativas e venda de produtos industrializados nos Postos ou aldeias podem reduzir o número de viagens à cidade. Para melhorar a alimentação, podem ajudar a criação de galinhas, formação de pomares e hortas e o provimento de munição. E sobretudo um trabalho cultural cotidiano de valorizar atividades tradicionais, de discutir o processo que estão enfrentando.

Nesse sentido, um trabalho de educação seria fundamental — e os **Suruí** querem escola (e treino de enfermagem) a todo custo. Neste campo, tudo está por fazer. As professoras nomeadas pelo Polonoroeste não têm nenhum conhecimento da vida tribal, da língua, e não estão de forma alguma preparadas para sua tarefa de tradução dos dois mundos. Desacorçados, os índios têm freqüentado escolas rurais dos projetos de colonização — a pior das soluções — ou exigem ir estudar na cidade.

O trabalho indigenista não terá sentido se não enfrentar essas questões mais críticas e não preparar quadros para essas reflexões. Muito mais que a difícil defesa do território está por fazer.

Desordenou-se muito a vida tribal, mas a imensa vitalidade dos **Suruí** persiste.

Nos lotes de café, em que o cotidiano está tão mudado, surgiram grandes malocas de palha, para famílias extensas. De limpeza impecável, apesar da falta de água em muitos lugares, contêm agora alguns móveis ao fundo e dos lados — armários para panelas que brilham, bancos e mesas. Estes são utilizados menos para comer que para jogos: crianças (que com a mesma idade, há quatro anos, nada saberiam sobre números) jogam dominó e usam grãos de milho como cacife, fazendo contas que demonstram precocidade, até para critérios urbanos).

Renasce a tradição em alguns aspectos inesperados. Os colares e redes andam lindíssimos, e como nunca. Festas e mutirões persistem e se adaptam aos novos produtos agrícolas, como arroz, e à dispersão da população.

Da parte de alguns **Paiter**, cresceu muito a compreensão da sociedade brasileira. Foi importante a viagem de alguns líderes a São Paulo e Brasília, em 1984. Querem acompanhar os passos da administração da Funai e da defesa de suas terras e comunicam-se com as tribos vizinhas. Muitos tiram documentos e CIC e têm contas bancárias — o que em várias unidades administrativas da Funai tem sido desestimulado. Logo será a vez do voto...

**O POLONOROESTE**

Os **Suruí (Paiter)** são um dos 55 povos tribais cuja sobrevivência vem sendo ameaçada pelo Programa Polonoroeste e pela recente pavimentação da BR-364. O Polonoroeste, cujas contas chegam a pelo menos 1,5 bilhão de dólares, tem financiamento parcial do Banco Mundial e prevê recursos especiais para a proteção de comunidades indígenas, como condição do empréstimo — pretendendo dessa forma compensá-las ou preservá-las dos efeitos destrutivos do projeto de desenvolvimento. Vinte e seis milhões de dólares foram previstos para a assistência às comunidades indígenas até 1985 — mais 19 milhões ainda estão por gastar.

Os **Suruí** são um teste da capacidade do Programa de impedir a destruição dos povos indígenas. Juntamente com os **Gavião, Karo e Nambikuara**, são dos grupos mais próximos à BR-364. São uma das tribos mais reivindicativas da região. Estas notas mostram que sua situação de terras e saúde é crítica. Esperemos que recebam do novo Governo a proteção efetiva e a administração eficaz a que têm direito.



Mário Fioravante

\* Betty Mindlin é antropóloga, coordenadora da equipe de avaliação do Polonoroeste Fipe/USP e autora da tese de doutorado "Os Suruí de Rondônia", defendida recentemente na PUC-SP.